

Brasil paga em agosto

O Brasil só pagará os US\$ 400 milhões ao Banco Internacional de Compensações (BIS) quando receber a segunda parcela de US\$ 411 milhões do Fundo Monetário International (FMI), o que deverá acontecer no final de agosto.

Segundo o Ministro da Fazenda, Ernane Galvães, o texto da terceira carta de intenções que o Brasil enviará ao FMI, estabelecendo novas metas para a inflação e para o déficit público, deverá estar assinada no máximo terça-feira, sendo entregue ao Gerente-Geral Jacques de Larosière ainda na próxima semana. Em seguida, o documento será analisado pelo board, que liberará a segunda parcela do crédito ampliado.

Enquanto o empréstimo do FMI não for liberado, Galvães disse que o Brasil acertou com o BIS que a parcela de US\$ 400 milhões, que deveria ter sido paga ontem, seria debitada aos bancos centrais, em valor correspondente a parcela de cada um.

— A operação que fizemos com o BIS decorre de recursos provenientes de bancos centrais europeus, japonês, saudita e americano. Assim, eles têm certa responsabilidade pelo empréstimo feito ao Brasil. Quando recebermos o dinheiro do FMI, pagamos ao BIS e ele anula o débito nas contas daqueles bancos — declarou Galvães.

Embora não quisesse informar qual foi o novo percentual do Produto Interno Bruto (PIB) que servirá para determinar o déficit público este ano, o Ministro da Fazenda disse que foi acertado com o FMI manter a seguinte proporção:

— Digamos que o cálculo atual é de 5,1 por cento, em relação a 1982. O novo percentual será de 2,9.

Galvães disse também que o Governo espera que este ano o PIB seja zero, isto é, a economia se manterá estagnada.

PACOTE

Apesar de não querer estipular prazo para que as medidas adotadas pelo pacote econômico divulgado anteontem dêem resultados, o Ministro da Fazenda disse esperar que "eles aconteçam o mais rápido possível".

Galvães criticou os que considera-

ram o pacote como recessivo, afirmando que ao conter os salários, ele promoverá a retomada do desenvolvimento econômico.

— Se reajustarmos salários e preços na mesma proporção, o poder aquisitivo não se altera. O que muda é o percurso da inflação, que é o que pretendemos atacar.

O Ministro da Fazenda descartou a possibilidade de se estender o controle de preços ao varejo, afirmando que o controle estabelecido no atacado é suficiente para que se atinja o objetivo de impedir altas injustificadas nos preços.

JUROS

O Ministro da Fazenda, que esteve na Escola de Guerra Naval fazendo uma palestra sobre "As políticas monetária, fiscal, creditícia e cambial do Governo", afirmou que o tabelamento dos juros irá funcionar porque os cortes que estão sendo feitos nos gastos das estatais e nos subsídios reduzirão o déficit público, diminuindo as pressões do Governo sobre o mercado aberto (open).

Galvães explicou que a manutenção do tabelamento das taxas do open em 15 por cento nos últimos dois dias foi para evitar que especuladores forçassem uma alta nos países públicos:

— Estamos na expectativa de que o tabelamento dos juros provocará uma queda na rentabilidade das letras de câmbio e dos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), que ao cairão puxarão outros papéis para baixo e as Letras e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional acompanharão essa queda.

Quanto à correção monetária, o Ministro da Fazenda disse que ela continuará expurgada. Segundo ele, a decisão do Governo de estipular o reajuste da casa própria em 80 por cento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) não promoverá uma descapitalização dos agentes financeiros da habitação, porque o alongamento do prazo de pagamento, a mudança dos reajustes anuais para semestrais e a equivalência das taxas de juros existentes no mercado impedirá que isso aconteça.

Apesar de informar que ainda não está decidido a não aplicação do expurgo de um ponto percentual no INPC de julho — "a decisão é do Ministério do Planejamento" —, Galvães disse que a medida não deverá ser adotada, já que a mudança na política salarial cumprirá a tarefa de reduzir o ritmo inflacionário.

O Ministro da Fazenda disse que a decisão de alterar pela terceira vez este ano a política salarial foi tomada porque há atualmente uma "consciência nacional", de que são necessárias "medidas mais austeras, de maior profundidade", que possam reduzir a inflação, que chegou aos limites mais altos de toda a História Econômica do País.

Galvães afirmou que a mudança na Lei Salarial não deverá encontrar impecilhos para ser aprovada no Congresso, principalmente porque acredita que a Deputada Yvete Vargas irá oferecer sua "cooperação política" à solução da crise econômica.

Sobre a possibilidade de uma greve geral convocada para o próximo dia 21, o Ministro da Fazenda disse esperar que ela não aconteça, "porque todos têm de contribuir para superarmos a crise que o País enfrenta".

Quanto à moratória, Galvães descartou a possibilidade da medida ser adotada, afirmando que depois dos acertos com o FMI e com o BIS, o País se prepara para uma nova rodada de negociações com os banqueiros internacionais sobre um empréstimo adicional para 83.

— Portanto, não tem sentido falar em moratória.

O Ministro da Fazenda informou, ainda, que na viagem que fez esta semana à Venezuela ficou acertado que os pagamentos de bens e serviços intercambiados entre os dois países será feito através do sistema de crédito recíproco da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Industrial (Aladi).

Segundo Galvães, atualmente o Brasil importa entre 58 mil e 60 mil barris diários de petróleo da Venezuela, mas essa quantidade poderá ser aumentada se houver interesse por parte da Petrobras.

dívida com BIS

ANDA PARCELA DO FMI